

Ata número quinze

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Período antes da ordem do dia;

Ponto 2: Análise do Relatório de Avaliação Externa do Agrupamento de Escolas de Ovar, 2014/2015;

Ponto 3: Apreciação do Relatório de Atividades desenvolvidas no segundo período do ano letivo, 2014/2105;

Ponto 4: Apreciação e aprovação do projeto de desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano letivo 2015/2016;

Ponto 5: Análise e aprovação do Relatório da Conta de Gerência.

Ponto 1: Período antes da ordem do dia - A Presidente deu início à reunião com a aprovação da ata da reunião anterior. De seguida, leu o documento transcrito: *“Gostaria de fazer um esclarecimento ao CG sobre alguns comentários feitos pela Conselheira Manuela Bornes na reunião do CG do dia 24 de Fevereiro. A conselheira Manuela num dos seus comentários referiu que quando lhe pediram para fazer parte da lista do professor Francisco Bernardo ao CG, não o conhecia de lado nenhum, mas quando lhe disseram que era uma pessoa séria, profissional e isenta, não duvidou em fazer parte da mesma, aliás e segundo as suas palavras, bastava só dizer que era uma pessoa séria. Na reunião, para ser sincera não dei muita importância a estas palavras, mas depois em casa quando refleti sobre a reunião é que tomei consciência da seriedade das mesmas, e compreendi o possível desconforto que ela e talvez mais alguns conselheiros podem sentir ao fazer parte deste CG. Todavia, espero que depois de ouvirem as palavras que vou proferir, se sintam mais tranquilos sobre a idoneidade e a integridade da pessoa que está à frente deste órgão e que não haja mais dúvidas sobre a sua pessoa.*

- Conselheira Manuela, eu, Maria de Lurdes Ferreira, também sou uma pessoa séria, profissional, cumpridora das minhas obrigações e respeitadora das opiniões dos outros.

Tudo tenho feito para que este órgão seja um espaço de diálogo e partilha de opiniões e não um órgão político como sugeriu. Até á data, este órgão tem cumprido com as suas competências e nunca guiei as reuniões visando fins políticos.”

Seguidamente, a Diretora referiu que apresentou o Contraditório em relação ao Relatório de Avaliação Externa e, posteriormente, o enviará a todos os presentes. Informou ainda que, apresentou candidaturas a novos cursos profissionais, nomeadamente: Curso de Técnicos Auxiliares de Saúde e de Gestão de Ambiente, uma vez que os mesmos estão em falta na nossa região e nenhum agrupamento das redondezas os desenvolve.

Ponto 2: Análise do Relatório de Avaliação Externa do Agrupamento de Escolas de Ovar, 2014/2015 - A Presidente referiu que, em relação ao ponto Liderança e Gestão, o Conselho Geral está a cumprir com as suas competências. Acrescentou que, na reunião com a Equipa de Avaliação Externa, os inspetores perguntaram se o Conselho Geral tinha dado as linhas orientadoras do Projeto Educativo e do Plano de Anual de Atividades do Agrupamento. Perante a questão, a mesma respondeu que não. Contudo, após ter consultado a Lei, a Presidente esclareceu que o Conselho Geral não tem que dar as linhas orientadoras destes documentos, mas sendo o órgão máximo do Agrupamento deve trabalhar com a Direção de uma forma mais coesa. De seguida, o conselheiro José Lopes leu o documento transcrito *“A leitura que se pode fazer do Relatório da Avaliação Externa é que, de certa forma a montanha pariu um rato! Isto considerando todo o ambiente que se sentiu durante as reuniões, nomeadamente com o Conselho Geral a quem a Inspeção questionou o exercício das suas competências como órgão estratégico. No final da missão de Avaliação, a Equipa que deixou transparecer que ia tirar conclusões incómodas para todos os elementos desta comunidade escolar, acabou por encontrar um meio-termo, através da classificação de BOM no domínio dos Resultados, Prestação do Serviço Educativo e a Liderança e Gestão. Não deixa também de ser curioso que este Relatório, que evidência uma consistência dos resultados do 1º ciclo e do 2º ciclo, enquanto o 3º ciclo persiste com resultados menos conseguidos, ao mesmo tempo que refere o agravamento dos resultados nosexames nacionais do ensino secundário. Deixa como dica, “a necessidade de um maior investimento nos processos de ensino e de aprendizagem, sobretudo no 3º ciclo e no ensino secundário”. E ainda que o Relatório diga que, “a análise dos resultados ainda não permitiu a identificação rigorosa dos fatores explicativos internos que condicionam o sucesso dos alunos”, não deixa de ser estranho que, não valorize, nem dê atenção à questão da articulação entre*

ciclos, como umas das vantagens que representariam os agrupamentos. Condição indispensável para contrariar o desfasamento que se vêm constatando nos resultados do 3º ciclo e secundário. Dinâmica que a não ser travada, ainda com maior aposta no 1º ciclo e no 2º ciclo, o 3º ciclo não deixará de refletir a pouca ambição, muito limitada a médias e estatísticas nos ciclos antecedentes, que depois se transportam para o secundário, que de certa forma sai prejudicado com a aventura da organização em agrupamento. Nas práticas educativas, e com todo o respeito e consideração pelo trabalho no âmbito da Educação Especial. Não posso deixar de manifestar dúvidas sobre o parágrafo que lhe é dedicado no relatório. É que curiosamente nem observações para eventuais melhorias contempla. Ou seja, nesta área, com as dificuldades inerentes da própria legislação, segundo a Inspeção está tudo bem! Estranho estímulo à melhoria e transformação de rotinas. Não se podendo dissociar a Liderança e Gestão dos próprios resultados obtidos, o Relatório aponta-nos um conjunto de indicadores que deverão merecer atenção deste Conselho Geral, tanto mais, que em coerência com o que já tinha sido dito a este Órgão cara-a-cara pela Equipa de Inspetores, “a sua (conselho geral) ação na definição das linhas de orientação estratégicas do Agrupamento é, por ora, reduzida”, ao mesmo tempo que também considera que, relativamente, à autonomia das Lideranças Intermédias, “no exercício das competências e na tomada de decisões que lhes dizem respeito é ténue, sendo evidente uma dependência estreita da Direção”. Finalmente o Relatório aponta-nos os Pontos Fortes e Áreas a Melhorar. Aqui ficamos perante uns pontos pouco fortes, já que no geral não são os pontos determinantes, até para justificar a classificação de BOM atribuída pela própria Inspeção. Por fim, somos confrontados com um conjunto de Áreas a Melhorar. Aqui sim, somos chamados a questionar práticas e experiências que eventualmente até são contraditórias com alguns dos chamados pontos fortes. Concluindo, e sem deixar de acreditar que é possível atingir o Muito Bom ou Excelente. Melhorar significativamente o BOM que nos classificaram, é ou pode ser um objetivo estimulante, assim sejam possíveis as condições a vários níveis, para se dar resposta positiva aos desafios de melhorar no essencial as cinco áreas que nos são indicadas melhorar: “A ação da Escola” e o “Impacto em linha com os valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares”. Afinal, no essencial são estes os domínios do nível de BOM que nos é proposto melhorar. Como assistente operacional, aguardo a oportunidade dos não docentes serem verdadeiramente envolvidos e estimulados, a uma efetiva participação neste necessário esforço de melhoria a vários níveis em meio escolar.” Seguidamente, o

conselheiro Rui Polónia afirmou que a classificação dada pela Equipa de Avaliação Externa (Bom) era incompreensível, na medida em que, na reunião com os inspetores se debateram fatores internos pertinentes como: o elevado número de desempregados no concelho; o elevado número de alunos por turma... De acordo com este conselheiro, o Relatório está cheio de contradições, não referindo nada acerca do meio em que o Agrupamento está inserido, revelando ausência de sugestões objetivas, mensuráveis e quantitativas. Esperava que o mesmo abordasse a questão da oferta formativa para que os jovens não migrassem para fora do concelho. Concorda com *“o reforço do trabalho colaborativo entre os docentes, tendo em vista aprofundar a articulação e a sequencialidade de conteúdos programáticos e a partilha de práticas científico-pedagógicas”*, contudo o mesmo está limitado pelo cumprimento rigoroso das Metas e Programas das várias disciplinas. A conselheira Manuela Bornes referiu que, em relação aos fatores externos pouco se pode fazer. A sua preocupação é o insucesso escolar, mas não sabe o que fazer para o evitar. Referiu que é importante a formação contínua, plena e sistemática. Mencionou ainda que, o Agrupamento tem professores com alguma idade e o que aprenderam, está desatualizado, tendo em conta as novas dinâmicas. Na sua opinião, para combater o insucesso é preciso envolver os alunos, os pais e a comunidade. Pensa que, os alunos têm algo a dizer e é necessário chamá-los para a melhoria dos resultados escolares. A este propósito, a Diretora informou que já se faz isto nos alunos dos cursos profissionais. Tentou, assim como a Associação de Estudantes, pediu ofertas para fazer tutorias, mas os alunos não se disponibilizaram porque têm horários muito pesados e outros não aceitam estas propostas. Propôs que cada turma crie as tutorias. Acrescentou que, no secundário há alunos muito bons e participativos nas iniciativas propostas. Referiu ainda que, há professores que nunca faltam e alguns fazem permutas para cumprirem as Metas/ Programas das aprendizagens. O conselheiro António Gonçalves, como diretor de turma, referiu que na sua direção de turma, se constata algumas tutorias desenvolvidas por iniciativa dos próprios alunos e que tal estratégia está a surtir efeitos positivos. Em relação a este assunto, a conselheira Margarida Cardoso frisou que em reunião de Departamento, refletiram sobre este assunto e falaram do MEM, onde há conselhos de alunos, uma escola participada com crianças que apresentam sucesso e ajudam-se uns aos outros. A Diretora interveio, dizendo que é fundamental apostar no Pré- escolar e no 1.º Ciclo, pois, durante o 1.º Ciclo, as crianças desenvolvem competências e depois estagnam. Na sua opinião, a partilha, a formação só por si não basta, por isso, pensa que nas reuniões se deveriam trocar experiências. A este propósito,

a conselheira Teresa Andrade informou que nas reuniões de trabalho de Português do 2.º Ciclo, partilham-se experiências, práticas educativas, estratégias mas isto só por si, não é suficiente. É necessário também o envolvimento dos encarregados de educação/pais, alunos e professores. Informou que os pais que vão à escola são aqueles que se preocupam com os seus educandos, os outros não vão à escola. Nesta linha de pensamento, o conselheiro Rui Polónia referiu que os pais têm dificuldades em ir à escola por causa dos horários de trabalho. Esta opinião não foi partilhada pela Diretora e pela conselheira Teresa Andrade, uma vez que o diretor de turma está sempre disponível para atender os encarregados de educação. Na opinião do conselheiro Rui Polónia é importante a coordenação de práticas avaliativas, isto é, homogeneização do que é exigido aos alunos, frisando a questão da tipologia de itens, conteúdos e extensão das provas de avaliação, em todas as disciplinas ao que os conselheiros Teresa Andrade e António Gonçalves disseram que já era prática nos seus departamentos. Para este conselheiro, a articulação entre ciclos é fundamental, pois, há um choque entre o 1.º e o 2.º ciclos. De seguida, o conselheiro Francisco Bernardo mencionou que não ficou surpreendido com a classificação de Bom em todos os domínios, pois, considera ser normal a diferença entre a postura manifestada pelos inspetores e o mencionado no Relatório. Frisou que é importante entender o Relatório da Inspeção e tentar para o próximo ciclo avaliativo obter classificações superiores. Contudo, não concorda com alguns aspetos mencionados no Relatório, pois, nós conhecemos melhor o Agrupamento com os seus defeitos e virtudes. Neste Plano, na sua opinião, temos de procurar saber quais os aspetos que devemos melhorar e o que se pretende com a melhoria. Concorda que o mesmo seja abrangente e com a participação de todos, situação contemplada pela Direção ao levar esta discussão aos departamentos com o empenhamento e envolvimento dos professores. Continuando a sua reflexão, o conselheiro Francisco Bernardo, acrescentou que o reforço do trabalho, a supervisão e o trabalho coletivo, são áreas que para a inspeção, promovem a melhoria. Acredita que se se apostar nestas áreas, a escola se organiza para melhorar. De seguida, a Presidente referiu os casos de indisciplina que presencia em determinadas turmas. Mencionou que há alunos que não prestam atenção ao que o professor diz talvez, por não compreenderem e por isso distraem-se e o docente também não tem tempo para apoiar e tirar as dúvidas a todos os alunos de forma individualizada. Perante esta situação, perguntou à Diretora se seria possível ter dois professores da mesma disciplina na sala de aula de forma a efetuar-se um ensino mais individualizado e diferenciado. Face à questão, a Diretora respondeu que há situações em

que isso pode ser feito pelos pares, mas por experiências anteriores, nomeadamente no PAM, nem todas as parcerias funcionaram e nem todos estão disponíveis. Questionou que, fundamento apresentaria para conseguir ter dois professores na sala de aula. A conselheira Teresa Andrade referiu que a coadjuvação na sala de aula de Português é uma das propostas do Departamento de Línguas, sugerindo que os tempos sejam retirados da componente não letiva como o acompanhamento aos alunos. A mesma perguntou aos conselheiros, o que entendiam por participação dos pais. Na opinião da conselheira Margarida Cardoso, no início do ano letivo, os docentes devem dar conhecimento aos Encarregados de Educação dos documentos integradores do Agrupamento: Projeto Educativo, Regulamento Interno, concretamente, os Direitos e os Deveres dos Alunos. A conselheira Teresa Andrade esclareceu que esta estratégia já é usada na abertura do ano letivo pela Diretora do Agrupamento que realça os aspetos mais importantes e, posteriormente, pelo diretor de turma. Contudo, verifica-se que a participação dos pais é ténue. Segundo a mesma, os comportamentos dos alunos devem estar tipificados de acordo com o seu grau de indisciplina e a respetiva medida corretiva que deverão ser transmitidos aos encarregados de educação. Concluiu, afirmando que, ficou satisfeita porque a Inspeção não valorizou os comentários desagradáveis proferidos nos inquéritos. A este propósito, a Diretora concordou, exemplificando com as respostas no que diz respeito à falta de limpeza nas casas de banho e noutros recintos, das escolas António Dias Simões e José Macedo Fragateiro. Informou que as assistentes operacionais, ao longo do dia com regularidade, limpam os dejetos e papéis deixados pelos alunos. Relatou uma situação de uma encarregada de educação que lhe transmitiu que as assistentes operacionais têm o dever de limpar porque são pagas para isso. A Presidente sugeriu que estas propostas para o Plano de Melhoria sejam enviadas para a Direção. Sobre a proposta da Presidente a Diretora informou que procederia ao seu reencaminhamento para os vários departamentos.

Ponto 3: *Apreciação do Relatório de Atividades desenvolvidas no segundo período do ano letivo, 2014/2105 - O conselheiro José Lopes leu o documento que se transcreve “O presente relatório em apreciação no essencial mantém a linha dos anteriores, nomeadamente nos elementos fornecidos sobre, Resultados Escolares, Apoios Educativos, Procedimentos Disciplinares, Comportamento das Turmas ou Avaliação do Saber Ser / Saber Estar dos diferentes ciclos.É naturalmente de valorizar o esforço da equipa da Avaliação Interna para nos dar a conhecer melhor o funcionamento do*

Agrupamento e o esforço do Conselho Pedagógico na sua tarefa de acompanhamento, monitorização e identificação de “eventuais causas para os resultados menos conseguidos”, como é referido no Relatório. No entanto e apesar de todos os esforços, continuamos confrontados com dados pouco entusiasmantes. Em que pontuais evoluções positivas, nomeadamente, nos resultados escolares, acabam pouco consolidados e demasiado frágeis de período para período ou de ano para ano letivo. Nem mesmo alguns dados positivos que o Relatório da Avaliação Externa enumera quando se refere à tendência de melhoria no 1º e 2º ciclo (ainda que se refira a provas finais), parecem ter continuidade positiva. Como é sublinhado nesta abordagem ao 2º período, a percentagem de alunos com Insuficiente a Português e Matemática para além de ser significativa (18,5% no 2º período), esta percentagem é nos vários anos superior à de anos anteriores, como se conclui. Já no 2º ciclo, sendo de valorizar e realçar a evolução positiva da percentagem de alunos sem níveis inferiores a 3 no 5º e 6º ano, a instabilidade nos 3 últimos anos exige a sua consolidação para contribuir numa evolução mais positiva no 3º ciclo, em que, como é sublinhado, constata-se uma descida nos resultados, com uma elevada percentagem de alunos com 3 ou mais níveis inferiores a 3, no caso do 2º período. Entre as estratégias para melhorar os resultados escolares temos o Apoio ao Estudo, mas ainda que não se possa desvalorizar o seu papel na melhoria e recuperação de alunos. Este recurso exige, como é assumido, ser monitorizado, já que, como também é reconhecido, o número de alunos que frequenta o Apoio ao Estudo é manifestamente baixo. Desta monitorização, era bom que se aprofundasse as razões e motivações, que levam os alunos a desvalorizar e a desperdiçarem tal oportunidade de melhorarem, nas disciplinas mais problemáticas em termos de resultados. Como motivar os alunos, e como ultrapassar a ridícula realidade, dos professores terem de andar à procura dos alunos que estão indicados para beneficiarem de Apoio. Como já referi na análise ao relatório da Avaliação Externa, as conclusões assumidas sobre Ensino Especial, lamentavelmente, não promovem incentivo a melhorar nada. Isto só pode ser aceitável se partirmos do pressuposto de que, temos de nos limitar e adaptar aos poucos recursos que a tutela disponibiliza nesta área tão sensível. Felizmente que, ao contrário aliás da Inspeção, este Relatório de Atividades deixa porta aberta para aprofundar a reflexão, porque como afirma, “há ainda uma percentagem significativa de alunos com aproveitamento deficitário...”, pese embora todas as medidas e estratégias do Departamento do Ensino Especial. No capítulo da Avaliação do saber Ser / Saber Estar, no caso da António Dias Simões parece-me até

preocupante como há 15 alunos que obtiveram 100% nesta avaliação em todas as disciplinas. Digo isto sem ironia, num meio escolar tão multifacetado de experiências de vida dos próprios alunos e do convívio multicultural que não deixa de ser uma extraordinária experiência para todos. Sem cair em qualquer atitude discriminatória ou xenófoba, a verdade é que, a ADS vem sendo nos últimos anos, um verdadeiro mosaico cultural com o convívio de diferentes etnias, particularmente a etnia cigana. No entanto, nunca tal realidade foi assumida em toda a sua plenitude, sempre em nome da igualdade de oportunidades e da inclusão. Mas em nome destes princípios, a diferença que sempre existiu, porque os ciganos existem, incluindo os seus modos de vida e a sua cultura, o resultado está à vista de todos, mas não encontramos espaço nos habituais relatórios, não para estigmatizar os ciganos, mas para identificar a dificuldade que se vive no campo multicultural. E assim, sem perspetivas e sem meios, vamos andando sem saber muito bem como atuar, dentro e fora da sala de aula. O maravilhoso disto tudo, é a capacidade dos alunos em geral, para, eles sim, promoverem a inclusão na prática dos meninos e das meninas ciganas. Não tenho dúvidas que todas as práticas a serem tratadas de igual forma, dentro e fora da sala de aula, a percentagem no campo da indisciplina, disparava significativamente. Façamos uma justa e coerente avaliação de como lidamos com esta realidade, para que se assuma que este quadro de pouca inclusão concreta, tem de ser alterado para bem de todos.” Seguidamente, o conselheiro António Costa referiu que o Relatório da Inspeção deixou transparecer o que se estava a refletir: indisciplina e insucesso. Afirmou que estava preocupado com os casos de indisciplina, nomeadamente, o de quatro alunos que tiveram doze dias de suspensão. A conselheira Cláudia Cunha frisou que há poucos alunos a frequentarem o Apoio ao Estudo no 2.º ciclo. A este propósito, a conselheira Teresa Andrade informou que há alunos que não precisam de ir ao Apoio ao Estudo, mas pedem para ir, contudo, os que necessitam deste apoio, manifestam pouca seriedade pelo mesmo. A Diretora informou que, há encarregados de educação que validam a não ida dos educandos ao Apoio ao Estudo. Em relação aos resultados dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), a Presidente informou que os resultados poderiam ser mais proveitosos se houvesse mais professores nesta área. Na sua opinião, cada professor de Educação Especial deveria ter menos alunos e um número mais significativo de tempos para cada aluno. Todavia, devido ao número de alunos (cento e trinta e um) não é possível. Para finalizar este ponto, a Diretora informou que a zona centro é a que tem a maior percentagem de alunos com NEE e professores de Educação Especial.

Ponto 4: Apreciação e aprovação do projeto de desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano letivo 2015/2016 – A Diretora informou que, os alunos do 3.º ano, no próximo ano letivo, terão uma carga horária de vinte e sete horas, contemplando duas horas em Inglês. No 4.º ano, a avaliação será quantitativa nesta atividade. O projeto foi aprovado por unanimidade.

Em relação ao Ponto 5: Análise e aprovação do Relatório da Conta de Gerência, após a análise, o documento foi aprovado por unanimidade.

Não estiveram presentes na reunião os conselheiros João Godinho, Manuel Silva e Francisco Tavares que justificaram a sua ausência e o conselheiro Bruno Oliveira.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

A Presidente da Reunião

Teresa Andrade/ Teresa Dias

Maria de Lurdes